



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



ERIK GLENN SIMEÃO DA SILVA

**A EFETIVIDADE DAS ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E
OSTENSIVO NA REDUÇÃO DO MEDO DO CRIME**

GOIÂNIA-GO

2024

ERIK GLENN SIMEÃO DA SILVA

**A EFETIVIDADE DAS ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E
OSTENSIVO NA REDUÇÃO DO MEDO DO CRIME**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Rafael Baitello Barutti

GOIÂNIA-GO

2024

A EFETIVIDADE DAS ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E OSTENSIVO NA REDUÇÃO DO MEDO DO CRIME

THE EFFECTIVENESS OF COMMUNITY AND OSTENSIVE POLICING STRATEGIES IN REDUCING THE FEAR OF CRIME

Erik Glenn Simeão da Silva¹
Rafael Baitello Barutti²

Resumo

Este estudo investigou as estratégias efetivas empregadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) no combate à criminalidade e na promoção da segurança pública. O objetivo geral foi demonstrar as ações da PMGO no constante combate aos crimes, visando proporcionar maior sensação de segurança e qualidade de vida para a população goiana. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo, com abordagem quantitativa, que explorou a visão dos Praças da Academia da PMGO sobre o policiamento ostensivo e sua prática na redução do medo da população. Os dados coletados foram analisados através de técnicas estatísticas, utilizando o método de análise de Bardin. Os resultados revelaram uma visão geral positiva dos participantes em relação à atuação da PMGO e suas abordagens, com reconhecimento do impacto positivo das atividades policiais na qualidade de vida da população. A confiança na presença policial durante operações de patrulhamento foi alta, e as abordagens da PMGO em situações de conflito foram percebidas como eficazes na promoção da sensação de segurança. Conclui-se que a atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás tem sido efetiva no combate à criminalidade e na promoção da segurança pública, ressaltando a importância do policiamento ostensivo e da relação de confiança com a comunidade.

Palavras-chave: Polícia Militar; Criminalidade; Policiamento Ostensivo; Redução Do Medo;

Abstract

This study investigated the effective strategies employed by the Military Police of the State of Goiás (PMGO) in combating crime and promoting public safety. The overall objective was to demonstrate PMGO's actions in the constant fight against crime, aiming to provide a greater sense of security and quality of life for the population of Goiás. The methodology used was a field survey with a quantitative approach, exploring the views of the Academy Praças of PMGO on ostensive policing and its practice in reducing fear among the population. The collected data were analyzed using statistical techniques, employing the Bardin analysis method. The results revealed an overall positive view of the participants regarding PMGO's actions and approaches, with recognition of the positive impact of police activities on the quality of life of the population. Confidence in police presence during patrol operations was high, and PMGO's approaches in conflict situations were perceived as effective in promoting a sense of security. It is concluded that the performance of the Military Police of the State of Goiás has been

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: eriksimeao@gmail.com. Telefone: (61) 99136-0205.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Especialista em Segurança Pública. Email: rafaelbarutti@gmail.com. Telefone: (61) 99391-1200.

effective in combating crime and promoting public safety, emphasizing the importance of ostensive policing and building trust with the community.

Keywords or Palabras clave: Military Police; Crime; Ostensive Policing; Fear Reduction.

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade e a violência com quem os crimes são perpetrados é considerado uma das preocupações da sociedade, causando medo e pavor em toda a população. Os números que são apresentados no Anuário de Brasileiro de Segurança Pública, ilustram os mais diversos crimes, incluindo mortes violentas intencionais, que só no ano de 2022, foram registradas 47.398 vítimas e 76,5% desses crimes foram utilizando armas de fogo. Também foram registrados o maior índice de estupro da história, com 74.930 vítimas. Além disso, houve crescimento em relação aos estelionatos praticados com golpes aplicados (208 por hora) de diversas formas (FBSP, 2023).

Todo esse universo criminoso provoca uma onda de insegurança na população e cabe ao policiamento ostensivo da Polícia Militar a desenvolver estratégias e planejamento capaz de reduzir o medo da população e aumentar o nível de sensação de segurança, atendendo as necessidades da população. A competência da polícia ostensiva, atribuída pela Constituição Federal de 1988 às Polícias Militares, ampliou sua atuação, abrangendo desde assistência a doentes até ilícitos penais. As Polícias Militares brasileiras têm desenvolvido ferramentas para compreender o fenômeno social, visando atuar de forma preventiva e inibir a prática criminosa com ações inteligentes e bem planejadas. (Beato, Silva, Tavares, 2008; Marcineiro et al., 2021).

A sociedade enseja uma qualidade de vida com segurança e, primordialmente, sem criminalidade, no entanto, a gravidade das práticas criminosas aumenta o pavor da população nos centros urbanos, local, onde os crimes viraram sinônimo de medo. Portanto, legitimando o trabalho da Polícia Militar de Goiás (PMGO), essa pesquisa torna-se crucial para que sejam demonstradas as ações realizadas pela corporação no combate constante à criminalidade, uma vez que, as estratégias preventivas buscam ir, de imediato, ao foco dos problemas e erradicá-los.

As atribuições da Polícia Militar na realização do policiamento ostensivo é um instrumento fundamental para manutenção e preservação da ordem pública. Por isso, torna-se relevante abordar, de modo que essa pesquisa possa contribuir com a sociedade, ressaltando a efetividade tal qual a corporação desenvolve estratégias para combater a criminalidade no intuito de promover a paz e a tranquilidade social. A análise constituída neste trabalho é uma

maneira de apresentar informações acerca da otimização das estratégias da polícia militar em recorrer a planejamentos que possam ajudar a reduzir ações criminosas, trazendo segurança para a população.

A Polícia Militar desenvolve métodos e técnicas que são capazes de erradicar a prática ilícita antes mesmo desses crimes perpetuar. Entretanto, observa-se que a criminalidade evolui assim como as maneiras violentas com que se pratica esses atos criminosos, portanto, a pergunta norteadora desta pesquisa é: quais são as estratégias efetivas utilizadas pelas PMGO no combate à criminalidade a fim de reduzir o medo e transmitir maior segurança para a população?

Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo geral, demonstrar as ações da Polícia Militar do Estado de Goiás no constante combate aos crimes, produzindo condições para que a população goiana tenha maior sensação de segurança e qualidade de vida. Como objetivos específicos, pretende-se com a pesquisa identificar os crimes cometidos ao longo dos últimos anos; explorar as atividades realizadas pela PMGO; compreender a visão dos Praças da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás sobre o policiamento ostensivo e sua prática na redução do medo da população.

Para tanto, será empregado, uma pesquisa de campo, utilizando a visão dos Praças da Academia da PMGO no que tange ao tema, de abordagem quantitativa, buscando compreender as ações da PMGO no combate à criminalidade e na redução do medo da população e como procedimento de análise, os dados coletados serão analisados a partir de uma análise de técnicas estatísticas, utilizando o método de análise de Bardin.

Nesse contexto, o trabalho foi conduzido em etapas essenciais que contribuem para a construção desse conhecimento. Inicialmente, uma fundamentação teórica foi desenvolvida, abordando aspectos relacionados à concepção da Polícia Militar no Brasil e no Estado de Goiás, além de discutir temas como policiamento comunitário e ostensivo. Em seguida, utilizando conceitos e teorias, explora-se o significado de estratégia e como a Polícia Militar do Estado de Goiás emprega estratégias para reduzir a criminalidade e o medo na população. A pesquisa de campo com policiais militares foi realizada posteriormente, visando compreender ações que possam contribuir para fortalecer a confiança da comunidade, resultando na redução do medo e da criminalidade.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 CONCEPÇÃO DA POLÍCIA MILITAR E SEU DESENVOLVIMENTO EM GOIÁS

O crescimento da criminalidade nas áreas urbanas trouxe à tona uma perspectiva distinta de política pública no domínio da segurança. Nesse contexto, a proteção coletiva surge como um dos desafios mais notórios, tanto no que diz respeito à salvaguarda da população quanto na definição do planejamento das forças de segurança (Silva e Peres, 2019).

A segurança pública no Brasil procura adaptar-se ao avanço da sociedade, que enfrenta o aumento da criminalidade. É relevante enfatizar que a segurança é um direito de todos os cidadãos, conforme estipulado pela Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, é importante considerar que a origem da Polícia Militar no Brasil é praticamente uniforme entre todos os Estados, criada quase simultaneamente no século XIX, principalmente devido à chegada da Família Real ao país (Fernandes, 2017).

Conforme indicado por Fernandes (2017), no século XIX, a segurança pública era desempenhada pela Intendência Geral de Polícia da Corte e pela Guarda Real. Em Goiás, o marco histórico da criação da Polícia Militar remonta a 1858 quando, na época, era denominada por Força Policial, sancionada por meio da Resolução 13, pelo então presidente da província, Dr. Januário da Gama Cerqueira. Mais a frente, já no século XX, no ano de 1949, a conhecida Força Policial ganhou uma nova denominação e ficou reconhecida por todo território brasileiro, como “Polícia Militar” (O Anhanguera, 2020).

Nesse contexto histórico, outro momento significativo foi a promulgação da atual Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que no artigo 144, que denomina a segurança pública como uma força policial exercida pelo Estado em órgãos como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, mas que também é de responsabilidade de todos (Brasil, 1988).

Na referida Constituição, ainda no art. 144, parágrafo 5º, aborda a competência das Polícias Militares do Brasil, conferindo a elas as responsabilidades de realizar policiamento ostensivo e preservar a ordem pública (Brasil, 1988). Para além da CF/1988, a Constituição do Estado de Goiás, traz em sua legislação (Vide Lei nº 8125, de 18-06-1976), no art. 124, as atribuições da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

Art. 124 – A Polícia Militar é instituição permanente, organizada com base na disciplina e na hierarquia, competindo-lhe, entre outras, as seguintes atividades:
I – o policiamento ostensivo de segurança;
II – a preservação da ordem pública;
III – a polícia judiciária militar, nos termos da lei federal;
IV – a orientação e instrução da Guarda Municipal, quando solicitadas pelo Poder Executivo municipal;
V – a garantia do exercício do poder de polícia, dos poderes e órgãos públicos estaduais, especialmente os das áreas fazendária, sanitária, de uso e ocupação do solo e do patrimônio cultural (Goiás, 1989/2018),

A expressão "polícia ostensiva" introduzida na Constituição Federal de 1988 marca uma novidade significativa, indicando exclusividade constitucional e ampliando as competências dos policiais militares para além do policiamento ostensivo (Moreira Neto, 1991). Enquanto o policiamento representa apenas uma fase da atividade policial, a expressão "polícia ostensiva" abrange todas as etapas do exercício do poder de polícia. Ainda segundo o autor referido, o termo "ostensivo" refere-se à ação pública de dissuasão, característica do policial fardado e armado, fortalecida pelo uso de aparato militar e pela eficiência de uma corporação unificada pela hierarquia e disciplina.

Nesse contexto, a expressão "Polícia Ostensiva" vai além das atividades de policiamento ostensivo, abrangendo todas as etapas da polícia administrativa, como ordem, consentimento, fiscalização e sanção (Carvalho, 2018). As Polícias Militares agem como uma força dissuasora, implementando ações preventivas. No entanto, ainda segundo Carvalho (2018), diante de qualquer violação da ordem pública, elas tomam medidas repressivas imediatas para restaurar a ordem violada.

Dessa forma, o poder de polícia, resumidamente, refere-se à autoridade concedida à Administração Pública para regular os direitos e liberdades individuais ou coletivos, com base nos princípios do bem comum (Carvalho, 2018). Funciona, desse modo, como um mecanismo que capacita a Administração Pública a conter abusos, visando preservar o interesse e a ordem pública.

A competência da polícia ostensiva, conforme estabelecida pela Constituição Federal de 1988 para as Polícias Militares, ampliou o papel dessas instituições, tornando-as essenciais para a promoção da paz social. Essa atribuição abrange diversas atividades, desde assistência a doentes até a abordagem de ilícitos administrativos e penais (Fernandes, 2017). No contexto atual, as Polícias Militares brasileiras têm desenvolvido estratégias para entender a dinâmica social, visando ações preventivas com planejamento.

Chamar as polícias militares de "polícia ostensiva" abre um amplo leque de possibilidades e potencialidades (Carvalho, 2018). Considerando o princípio fundamental estabelecido na Constituição Federal de 1988, que estipula a segurança pública como dever do Estado, mas responsabilidade de todos, a essência do artigo em questão parte da ideia de que a proximidade da polícia com a comunidade é uma maneira de compartilhar a responsabilidade pela segurança social.

A concepção de cidadania está presente nos discursos contemporâneos, visando assegurar ao indivíduo o direito de pertencimento. No âmbito da segurança pública, a Polícia Militar (PM)

tem adotado estratégias e medidas para garantir a segurança, mesmo diante do aumento da criminalidade, que por vezes pode sugerir uma falta de ação (Brito; Costa, 2018).

Uma das abordagens empregadas pela PM foi a implementação da polícia comunitária, cujo nome reflete seu propósito, uma vez que atua diretamente nas comunidades e busca o pleno apoio dos cidadãos em todos os aspectos (Brito; Costa, 2018). Nessa dinâmica, estabelece-se uma colaboração mútua, transformando a polícia em uma efetiva parceira da comunidade.

O policiamento comunitário visa estreitar os laços entre a polícia e a população ao operar consistentemente na mesma área. Essa abordagem cria um ambiente onde os policiais se tornam conhecidos na comunidade, gerando uma sensação de amizade e confiança. Ao participar ativamente da comunidade, os policiais se tornam proativos na resolução de problemas, reduzindo o medo do crime (Ribeiro, 2018).

Em termos gerais, o modelo de polícia comunitária é uma forma colaborativa em que a polícia trabalha em conjunto com a comunidade para evitar crimes e identificar criminosos, o que pode ser considerada como uma estratégia, alinhada a cooperação mais estreita entre a população e as forças policiais, gerando confiança mútua. Tanto os policiais quanto a comunidade se beneficiam da maior segurança gerada por essa interação, contribuindo para a prevenção de delitos (Santos; Costa, 2018).

Reconhece a importância da colaboração entre autoridades e cidadãos para abordar problemas sociais e reduzir o medo, saindo da tradicional visão de responsabilidade exclusiva do poder público (Santos; Costa, 2018). Sendo assim, a polícia comunitária é uma estratégia organizacional que busca envolver a sociedade na solução de problemas, promovendo interação, parcerias e conscientização sobre questões que possam criar mecanismos para reduzir o crime.

2.2 POLÍCIA MILITAR E A ESTRATÉGIA NO COMBATE AO CRIME

Nos últimos anos, a segurança pública tem sido frequentemente destacada, com notícias veiculadas em diversas mídias dominadas por relatos de violência e criminalidade, impactando significativamente a vida cotidiana. De acordo com Colzani (2016), vivemos em uma era caracterizada por um mundo violento e implacável, onde disputas por emprego, propriedades, ideologias, recursos financeiros, bens e questões políticas são apontadas como principais causas.

Anteriormente reconhecido principalmente em áreas carentes e periféricas, o fenômeno da violência agora permeia todas as localidades, tornando o medo da violência um dos fatores

mais impactantes para a sociedade brasileira. Rocha (2020), ao analisar o Mapa da Violência de 2017, destaca que as mortes violentas naquele ano ultrapassaram os registros de algumas das guerras mais sangrentas da história, como a Guerra Civil na Síria.

Nesse cenário atual, a corporação militar enfrenta desafios consideráveis ao buscar criar e implementar mecanismos eficazes para conter a violência originada da criminalidade, buscando aprimorar a segurança da população. A palavra "estratégia" tem suas raízes na Grécia Antiga, sendo associada à "arte do general" ou ao "líder do exército", com uma conotação diretamente ligada às atividades militares (Santos, 2011).

Como destacado por Santos (2011), devido às suas origens militares, a estratégia é comumente definida como a organização das tropas para alcançar a vitória sobre o inimigo, representando um plano de campanha que guia ações tanto ofensivas quanto defensivas. É importante notar que há diversas interpretações do conceito de estratégia, algumas mais restritas e outras mais abrangentes.

No entanto, é um método amplamente utilizado tanto no meio acadêmico quanto em várias instituições, no qual, a concepção do conceito de estratégia evoluiu ao longo dos anos, desempenhando um papel crucial no aprimoramento do desempenho das organizações. Em resumo, a estratégia é frequentemente associada à elaboração de um planejamento estratégico que visa o sucesso, coordenando objetivos, políticas e ações da organização (Santos, 2011).

Seguindo essa perspectiva de valorizar a elaboração de um planejamento estratégico para orientar as ações organizacionais, a Polícia Militar se insere nesse conjunto de instituições que empregam estratégias para aprimorar seu desempenho. O planejamento, nesse contexto, representa um exercício de previsão mental dos objetivos e ações, sendo delineado com base em métodos, planos e lógicas mais eficazes (Mintzberg, 2006).

Esse processo visa conceber uma estratégia capaz de alcançar os resultados desejados, estruturando os procedimentos ou ações mais eficientes para atingir os objetivos e metas estabelecidos (Mintzberg, 2006). É uma abordagem que tem como finalidade a minimização de efeitos indesejáveis e otimização da utilização dos fatores favoráveis.

Visando aprimorar suas práticas e expandir esse aprimoramento no que concerne ao atendimento à sociedade goianiense, a Polícia Militar de Goiás, concebeu em 2016, o seu primeiro e oficial Planejamento Estratégico, idealizado para aprofundar a compreensão em relação a sua missão. De acordo com Silva e Peres (2019), o Planejamento Estratégico e a sua implementação no contexto da atuação da Polícia Militar, trata de um processo abrangente e ininterrupto de decisões, frequentemente envolvendo alguns riscos, com o propósito de organizar e executar atividades de forma a assegurar resultados.

A estrutura organizacional da Polícia Militar é ampla, compreendendo órgãos de direção, apoio e execução. A PM/3, que representa a terceira seção do Estado Maior e trata do Planejamento Operacional, assume a responsabilidade pelo planejamento operacional geral. A portaria nº 7899/PM instituiu o Plano Estratégico 2016-2022 para a PMGO, permitindo revisões a cada dois anos. Esse plano busca regular ações e atividades, concentrar esforços e aprimorar resultados tanto nas áreas operacionais quanto nas administrativas (PMGO, 2016).

Considerando a metodologia proposta pelo Planejamento Estratégico da PMGO utiliza-se de um modelo conhecido com matriz SWOT, comumente utilizada para definir programas e projetos, com a finalidade de atingir determinados objetivos. Desse modo, recentemente, a Portaria nº 17.655 de 2023 instituiu o “Plano Estratégico da Polícia Militar do Estado de Goiás – 2023-2028” (PMGO, 2023).

Para a execução das atividades policiais militares, conforme indicado no Plano Estratégico da PMGO, é essencial considerar diversos fatores essenciais para o sucesso. Estes incluem uma inteligência estratégica bem estruturada, uma gestão sistematizada, comunicação eficiente, adequação de recursos financeiros, materiais e tecnológicos, ênfase no policiamento comunitário, efetivo devidamente dimensionado, distribuído de maneira estratégica, capacitado, equipado e motivado, e, por último, uma infraestrutura física apropriada (Santos; Costa, 2018).

Outro mecanismo para auxiliar no plano estratégico é o Procedimento Operacional Padrão (POP), que é uma ferramenta crucial para guiar os policiais, assegurando uniformidade no atendimento. Esse documento detalha cada fase do procedimento, incluindo data, nome do comandante, atividades realizadas, sequência de ações, resultados esperados, ações corretivas e possíveis erros (Santos; Costa, 2018).

Ao seguir esse modelo, os policiais têm orientações precisas para suas tarefas, promovendo a padronização das atividades de serviço. Além disso, o POP respalda o policial em relação à sua conduta durante o atendimento, permitindo avaliação pelo superior, controle pela sociedade e análise para melhorias (Santos; Costa, 2018). Isso proporciona ao Comandante da Unidade de Polícia Militar um planejamento coeso de suas ações também em relação à comunidade e a redução da criminalidade, o que, conseqüentemente, resulta numa melhoria da perspectiva social em relação à confiabilidade na polícia e segurança.

3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2019) é o método científico que compreende um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos empregados na busca do conhecimento. Nesse sentido, essa pesquisa compreende uma abordagem qualitativa, buscando compreender as ações da PMGO no combate à criminalidade e na redução do medo da população.

Será empregado, uma pesquisa de campo, utilizando a visão dos Praças da Academia da PMGO no que tange ao tema. Como instrumento de coleta, utilizar-se-á um questionário, que será enviado por meio da Plataforma *Google Forms*. E como procedimento de análise, os dados coletados serão analisados a partir de uma análise de técnicas estatísticas, utilizando o método de análise de conteúdo.

A coleta de dados foi composta por duas etapas, no qual, a princípio, recorreu-se à busca de materiais que pudessem dar base teórica para a pesquisa, utilizando de autores que discutem sobre o policiamento comunitário, ostensivo e as estratégias de combate ao crime e redução do medo da população.

E em fevereiro de 2023, será enviado o questionário com 10 perguntas, encaminhado para integrantes da Unidade Policial Militar do Estado de Goiás, para a obtenção das respostas, com a devida permissão para recolhimento dos dados, tendo em vista, uma análise descritiva, buscando relacionar e documentar todo material coletado. Considerando a população da pesquisa, com margem de erro de 10% e um nível de confiança de 90%, a amostra foi de 59 participantes.

Após a coleta de dados, será realizada a interpretação e análise utilizando a metodologia da Análise de Conteúdo de Bardin. Essa abordagem, fundamentada em técnicas específicas, tem como objetivo analisar e interpretar dados, explorando as informações obtidas por meio da pesquisa (Bardin, 1977).

A Análise de Conteúdo de Bardin desdobra-se em três etapas essenciais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, incluindo inferência e interpretação. (Bardin, 1977). Este método permite explorar a riqueza dos detalhes presentes nos dados coletados, proporcionando uma compreensão aprofundada das mensagens obtidas.

O conjunto de métodos empregados nesta pesquisa, visará responder a pergunta-problema, elencando estratégias que possam refletir sobre a importância da eficácia das da Polícia Militar na redução do medo da população frente a essa diversidade de crimes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERÍSTICA DA AMOSTRA

A história da Academia da Polícia do Estado de Goiás se iniciou na década de 1940, no qual tinha, no começo, o nome de Departamento de Instrução Militar (DIM) e era comandada pelo então Major PM Cícero Bueno Brandão (PMGO, [sd]). Com quase 84 anos desde a sua criação, a Academia tem como fundamental objetivo, instruir, formar e aperfeiçoar todo contingente militar.

Em 2020, a Academia da PMGO foi renomeada para "Academia Conde dos Arcos" via Portaria nº 13.144. Tornou-se a primeira academia da PM no Brasil a oferecer formação de nível superior em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), reforçando o compromisso com a excelência acadêmica e a preparação dos futuros oficiais da Polícia Militar para os desafios contemporâneos da segurança pública (GOIÁS, 2021).

Sabendo do compromisso da formação dos oficiais da PMGO, essa pesquisa buscou demonstrar as ações da Polícia Militar do Estado de Goiás no constante combate aos crimes, produzindo condições para que a população goiana tenha maior sensação de segurança e qualidade de vida.

Tabela 1 - Característica dos participantes da pesquisa

SEXO		
	Frequência	Percentil
Feminino	7	11,5%
Masculino	53	86,9%
Prefiro não dizer	1	1,6
TEMPO DE ATUAÇÃO NA PMGO		
	Frequência	Percentil
0 a 5 anos	50	82%
6 a 10 anos	1	1,6%
11 a 20 anos	1	1,6%
Acima de 20	9	14,8%

Fonte: Autor (2024).

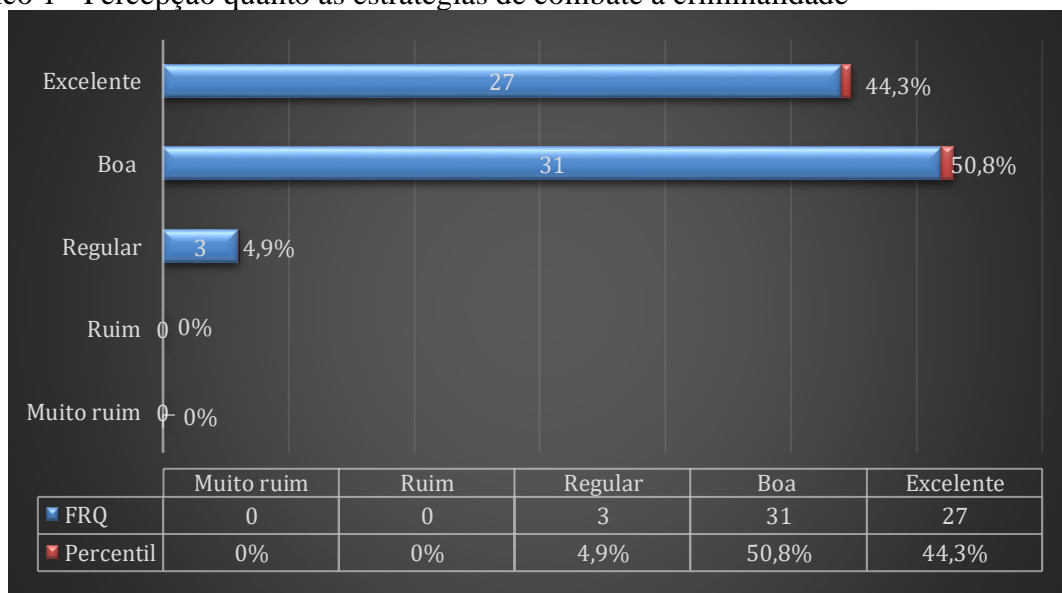
O questionário sociodemográfico da amostra revelou que a maioria dos participantes é do sexo masculino (86,9%), seguido por uma parcela menor de participantes do sexo feminino (11,5%). Apenas 1,6% dos participantes preferiram não declarar seu sexo (Tabela 1). Em relação ao tempo de atuação na PMGO, a maioria dos participantes (82%) tem entre 0 e 5 anos de experiência. Uma pequena proporção tem entre 6 e 10 anos (1,6%) e entre 11 e 20 anos

(1,6%) de atuação. 14,8% dos participantes têm mais de 20 anos de experiência na PMGO (Tabela 1).

4.2 PERCEPÇÃO QUANTO A ESTRATÉGIAS DE COMBATE A CRIMINALIDADE

Nessa categoria, observou-se a percepção dos participantes em relação as estratégias da Polícia Militar quanto ao combate a criminalidade. Os policiais militares participantes do Curso de Formação de Praças (CFP), foi questionado como eles avaliavam a eficácia das estratégias adotadas pela PMGO no combate à criminalidade para reduzir o medo e aumentar a segurança da população. De acordo com os resultados apresentados no Gráfico 1, a maioria dos participantes (50,8%) considera essas estratégias como boas, enquanto 44,3% as percebem como excelentes. Apenas uma minoria, 4,9%, avalia-as como regulares. Apenas uma minoria, 4,9%, avalia-as como regulares.

Gráfico 1 - Percepção quanto as estratégias de combate à criminalidade



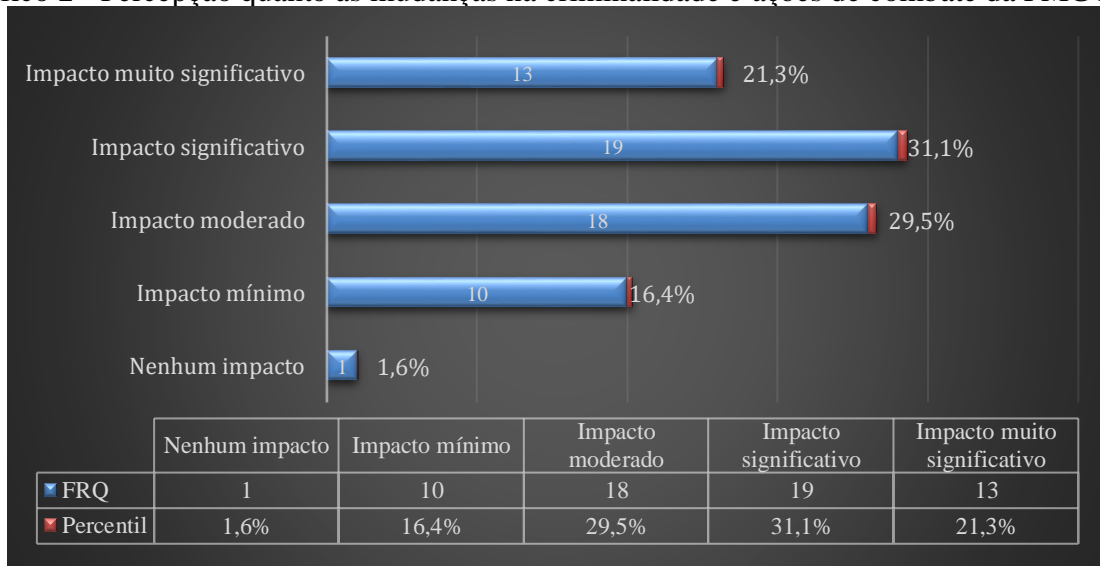
Fonte: Autor (2024).

Isto sugere que os participantes consideram eficazes as estratégias na redução do medo e no aumento da segurança da população, demonstrando um alto nível de confiança e satisfação com essas abordagens. O principal objetivo da segurança pública é adotar estratégias eficazes de combate à criminalidade por meio das polícias, desde que estejam em conformidade com a legislação, visando à proteção da sociedade (REZENDE, 2018).

4.3 PERCEPÇÃO QUANTO A PRÁTICA CRIMINOSA E ADAPTAÇÃO DA PMGO

Nessa categoria, os policiais militares do Curso de Formação de Praças (CFP), foram questionados sobre como percebem a relação entre as mudanças nas práticas criminosas ao longo do tempo e as adaptações das ações de combate à criminalidade pela PMGO. Os resultados indicam que a maioria dos participantes reconhece um impacto significativo ou mesmo muito significativo das mudanças nas práticas criminosas ao longo do tempo, afetando diretamente a eficácia das ações da PMGO no combate à criminalidade. Cerca de 31,10% identificaram um impacto significativo e 21,30% apontaram um impacto muito significativo. Por outro lado, apenas 1,60% afirmaram que não houve nenhum impacto, enquanto 16,40% relataram um impacto mínimo e 29,50% observaram um impacto moderado (Gráfico 2).

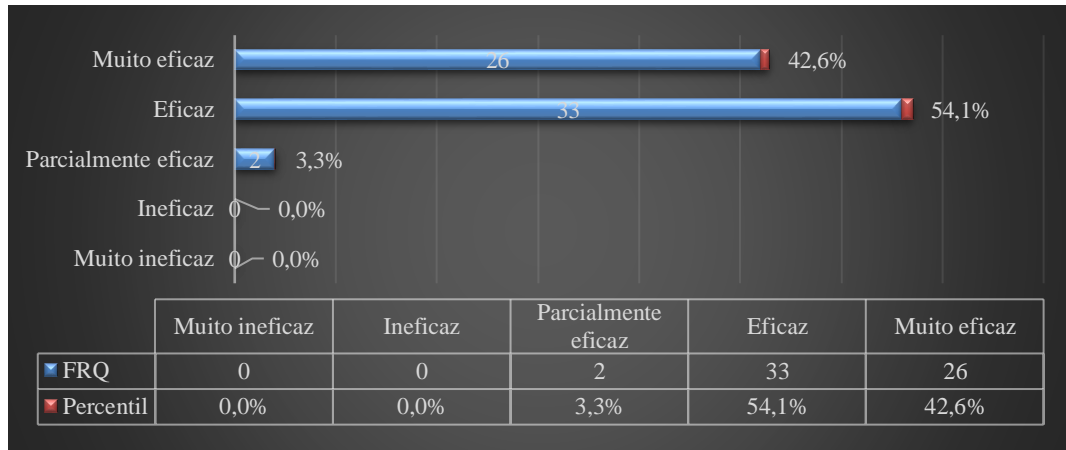
Gráfico 2 - Percepção quanto às mudanças na criminalidade e ações de combate da PMGO



Fonte: Autor (2024).

Os participantes foram indagados sobre sua percepção da capacidade da PMGO em se adaptar e responder às mudanças nas formas de prática criminosa ao longo do tempo. Dos respondentes, nenhum considerou a PMGO como "Muito ineficaz" ou "Ineficaz". Apenas 3,30% classificou a capacidade de adaptação como "Parcialmente eficaz". A maioria, representando 54,10% dos participantes, a considerou "Eficaz", enquanto 42,60% a avaliaram como "Muito eficaz" (Gráfico 3).

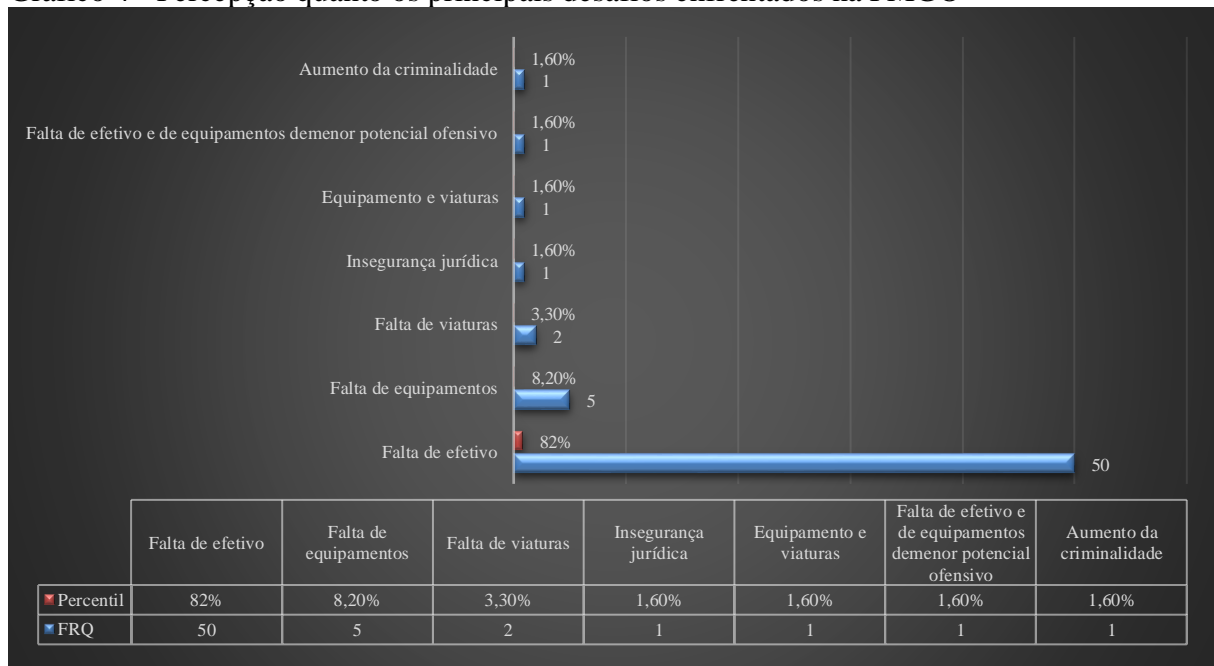
Gráfico 3 – Capacidade de adaptação da PMGO no combate à criminalidade



Fonte: Autor (2024).

Os participantes foram indagados sobre os principais desafios enfrentados pela PMGO no combate à criminalidade e na promoção da segurança pública. Os resultados revelam que 82% dos participantes identificaram a "Falta de efetivo" como o principal desafio. Além disso, 8,20% mencionaram a "Falta de equipamentos", enquanto 3,30% apontaram a "Falta de viaturas". Questões como "Insegurança jurídica", "Equipamento e viaturas", "Falta de efetivo e de equipamentos de menor potencial ofensivo", e "Aumento da criminalidade" foram citadas por 1,60% dos participantes como desafios adicionais. Esses resultados destacam que a escassez de efetivo é considerada o desafio mais significativo pela maioria dos participantes, seguida por questões relacionadas à infraestrutura e à segurança jurídica

Gráfico 4 - Percepção quanto os principais desafios enfrentados na PMGO



Fonte: Autor (2024).

Mediante os resultados, observa-se que os participantes tem uma visão geral de que as mudanças nas práticas criminosas demandam adaptações significativas da PMGO para manter a eficácia no combate à criminalidade. Isso indica uma percepção predominantemente positiva da capacidade da PMGO em lidar com essas mudanças, com a maioria dos participantes considerando-a eficaz ou muito eficaz nesse aspecto.

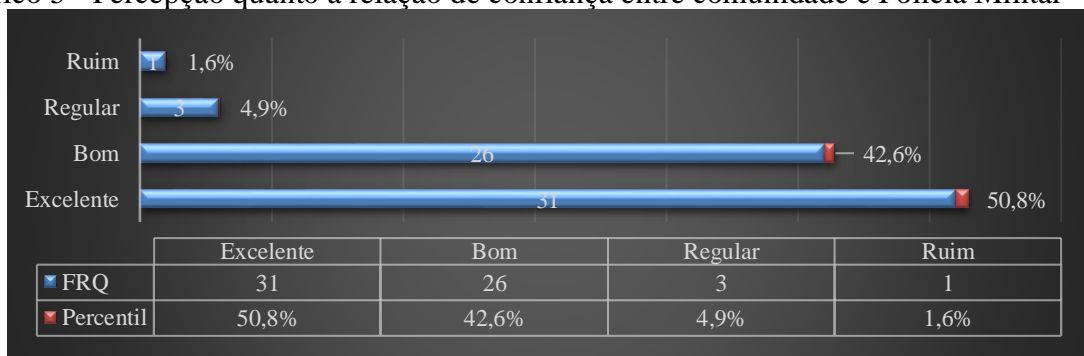
As manifestações criminosas são diversas e evoluem em resposta às mudanças sociais, abrangendo categorias como crimes contra a propriedade, contra a pessoa, financeiros e cibernéticos e essa dinâmica é influenciada por fatores socioeconômicos, culturais e tecnológicos e etc. (Dias, 2024).

Portanto, é crucial aprimorar as ferramentas de polícia ostensiva, administrativa e criminalmente, para melhor subsidiar a preservação da ordem pública, o que requer uma abordagem científica que compreenda os verdadeiros motivadores da criminalidade (Marcineiro, et al, 2022). Isto é, é importante estudar às motivações das práticas criminosas, para assim, criar mecanismos que possam erradicar a criminalidade, como vem ocorrendo no trabalho da Polícia Militar do Estado de Goiás.

4.4 PERCEPÇÃO QUANTO A RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E A POLÍCIA

Nessa categoria, foi avaliado como os participantes do CFP observam essa relação entre a comunidade e a PMGO. os participantes do Curso de Formação de Praças (CFP) foram questionados sobre como percebiam a importância do policiamento ostensivo na construção de uma relação de confiança e segurança com a comunidade. Os resultados mostram que a maioria, representando 50,8%, considerou essa importância como "Excelente", enquanto 42,6% a avaliaram como "Bom". Uma parcela menor, de 4,9%, a classificou como "Regular", e apenas 1,6% dos participantes a perceberam como "Ruim" (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Percepção quanto a relação de confiança entre comunidade e Polícia Militar

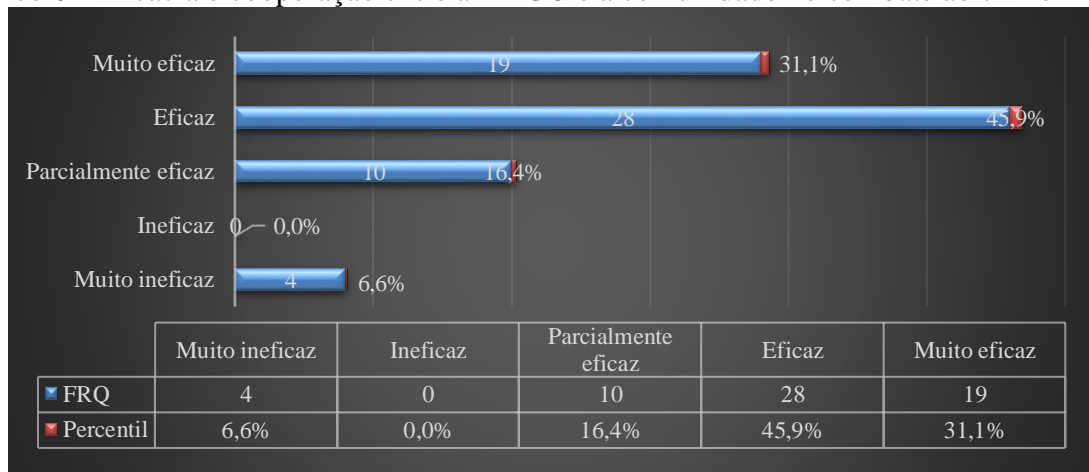


Fonte: Autor (2024).

Os participantes do Curso de Formação de Praças (CFP) foram questionados sobre a eficácia da cooperação entre a PMGO, a comunidade local e os órgãos responsáveis pela segurança pública na prevenção de crimes e promoção da segurança. Os resultados mostram que 6,6% consideraram essa cooperação como "Muito ineficaz", enquanto 16,4% a classificaram como "Parcialmente eficaz". A maioria, representando 45,9%, a avaliou como "Eficaz", e 31,1% a perceberam como "Muito eficaz".

Os indivíduos, enquanto participantes ativos do policiamento comunitário, desempenham um papel crucial na segurança pública, assumindo suas responsabilidades como membros da sociedade. Quando há interação positiva entre a polícia e a comunidade, e cada pessoa cumpre com suas obrigações, isso fortalece a sensação de segurança e a confiança mútua (Roldão, 2018). Esse envolvimento facilita uma troca mais eficiente de informações e contribui para a eficácia das medidas de combate à criminalidade.

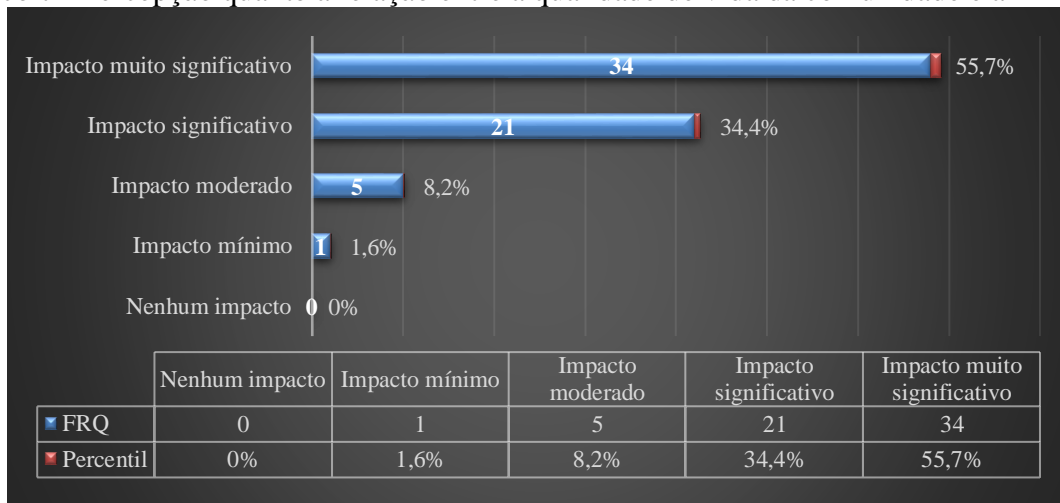
Gráfico 6 - Eficácia e cooperação entre a PMGO e a comunidade no combate ao crime



Fonte: Autor (2024).

Os participantes foram indagados sobre o impacto das atividades da PMGO na qualidade de vida da população goiana. Os resultados mostram que 6,6% consideraram esse impacto como "Muito ineficaz", enquanto 16,4% o classificaram como "Parcialmente eficaz". A maioria, representando 45,9%, o considerou "Eficaz", e 31,1% o perceberam como "Muito eficaz".

Gráfico 7 - Percepção quanto a relação entre a qualidade de vida da comunidade e a PMGO

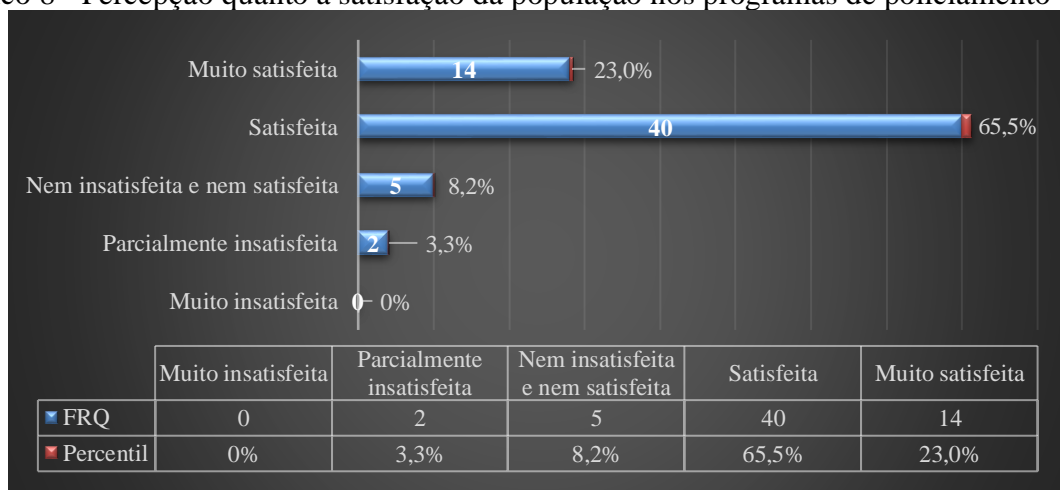


Fonte: Autor (2024).

Importa salientar que os policiais comunitários, embora atuem de forma enérgica e dentro dos limites legais ao lidar com criminosos e agressores da sociedade, diferenciam-se por sua proximidade com a comunidade. Além de responder a chamadas e efetuar prisões, eles desempenham um papel essencial orientando os cidadãos e os jovens, enquanto implementam ações preventivas para promover uma melhoria na qualidade de vida local (Pacheco, 2013).

Os participantes foram indagados sobre a satisfação da comunidade com os programas de policiamento comunitário em vigor, na visão deles. Os resultados revelam que nenhum participante considerou a comunidade "Muito insatisfeita", enquanto 3,3% a perceberam como "Parcialmente insatisfeita". Além disso, 8,2% avaliaram a comunidade como "Nem insatisfeita e nem satisfeita". A maioria, representando 65,5%, a considerou "Satisfeita", enquanto 23,0% dos participantes a perceberam como "Muito satisfeita".

Gráfico 8 - Percepção quanto a satisfação da população nos programas de policiamento

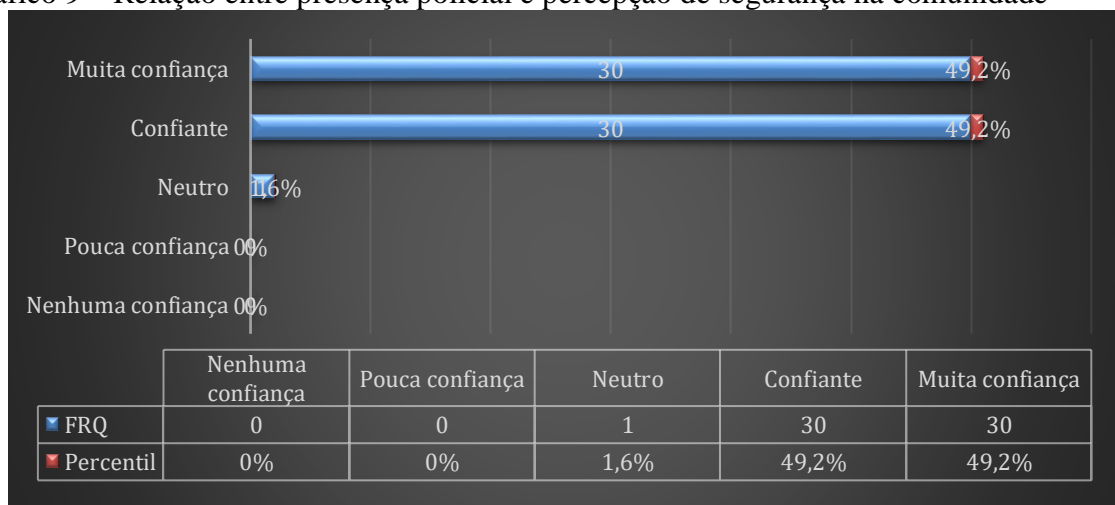


Fonte: Autor (2024).

Na observação dos participantes, foram questionados sobre quão confiante acreditam que a presença policial durante operações de patrulhamento gera na comunidade em relação à sua segurança. Os resultados mostram que nenhum participante indicou "Nenhuma confiança" ou "Pouca confiança", enquanto apenas 1,6% se mostraram "Neutros". A maioria expressiva, representando 49,2%, se sente "Confiante", enquanto outros 49,2% dos participantes expressaram sentir "Muita confiança" (Gráfico 9).

Para Rolim e Hermann (2018) as estratégias de policiamento comunitário, que envolvem o contato direto dos policiais com o público, têm potencial para construir relações de confiança, segundo vários estudos, no entanto, apenas a presença policial não é suficiente para promover essa confiança. O engajamento dos moradores e a capacidade dos policiais de resolver problemas são fatores decisivos. Os autores citados discutem que é essencial ouvir as preocupações da comunidade e permitir que os residentes definam as prioridades do policiamento em suas regiões.

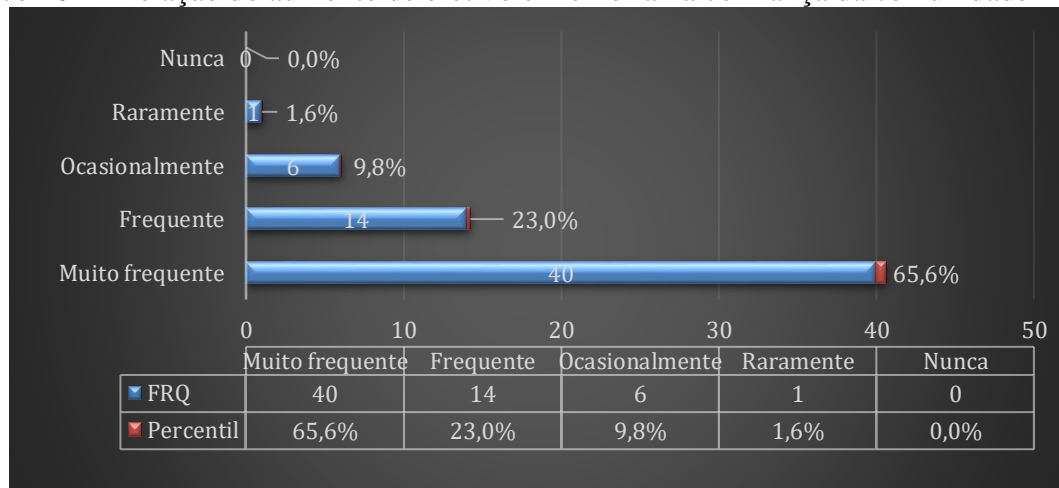
Gráfico 9 – Relação entre presença policial e percepção de segurança na comunidade



Fonte: Autor (2024).

Os participantes foram indagados sobre se acreditam que o aumento do efetivo resulta em uma melhoria na sensação de segurança da comunidade. Os resultados mostram que 65,6% dos participantes consideraram essa correlação como "Muito frequente", enquanto 23,0% a perceberam como "Frequente". Além disso, 9,8% indicaram que essa melhoria ocorre "Ocasionalmente", e apenas 1,6% relataram que isso ocorre "Raramente". Nenhum participante respondeu que essa melhoria nunca acontece.

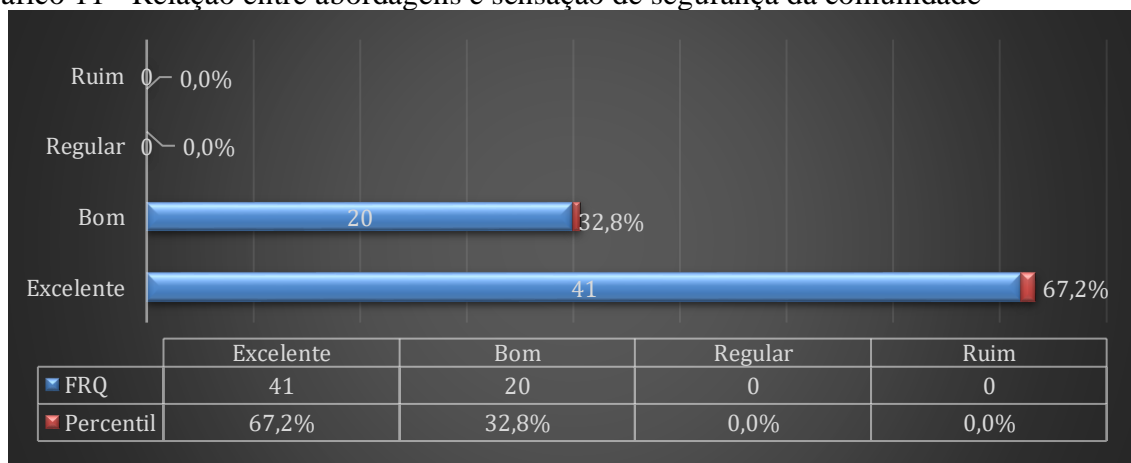
Gráfico 10 - A relação do aumento de efetivo e melhoria na confiança da comunidade



Fonte: Autor (2024).

Para encerrar, os participantes foram questionados sobre como percebem que as abordagens da Polícia Militar em situações de conflito, como manifestações ou eventos comunitários, reforçam a sensação de segurança. Os resultados revelam que 67,2% dos participantes consideraram essas abordagens como "Excelentes", enquanto 32,8% as perceberam como "Bom". Não houve participantes que as classificaram como "Regular" ou "Ruim".

Gráfico 11 - Relação entre abordagens e sensação de segurança da comunidade



Fonte: Autor (2024).

Os resultados da pesquisa indicam uma visão geral positiva dos participantes em relação à atuação da PMGO e suas abordagens. A maioria reconhece o impacto positivo das atividades da polícia na qualidade de vida da população, além de valorizar o policiamento ostensivo na promoção de uma relação positiva com a comunidade e na manutenção da segurança. A

confiança na presença policial durante operações de patrulhamento é alta, e as abordagens da PMGO em situações de conflito são percebidas como eficazes na promoção da sensação de segurança.

Pacheco (2013) salienta que é essencial que a polícia estabeleça uma relação de confiança com os cidadãos antes de receber informações da comunidade. Essas informações podem orientar ações mais direcionadas, evitando generalizações injustas de suspeição. Em suma, os resultados sugerem um apoio geral às ações da PMGO por parte dos participantes da pesquisa.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho possibilitou o estudo das estratégias efetivas empregadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) no combate à criminalidade e na promoção da segurança pública. Por meio da pesquisa de campo, foi possível explorar a visão dos Praças da Academia da PMGO sobre o policiamento ostensivo e sua prática na redução do medo da população.

Os resultados obtidos forneceram insights valiosos sobre a confiança dos participantes na atuação da PMGO, destacando a importância do policiamento ostensivo na manutenção da ordem pública e na promoção da sensação de segurança. Além disso, a pesquisa permitiu identificar a necessidade de uma relação próxima e de confiança entre a polícia e a comunidade, enfatizando a importância da troca de informações e colaboração mútua.

Concluimos que o estudo contribuiu para uma compreensão mais aprofundada das atividades da PMGO e para o reconhecimento da eficácia de suas estratégias no enfrentamento da criminalidade. Recomendamos que futuras pesquisas continuem a explorar esse tema, visando fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas de segurança pública e para a promoção de uma maior sensação de segurança e qualidade de vida para todos os cidadãos goianos.

Sugere-se, para pesquisa futuras, explorar o impacto das intervenções de policiamento baseadas em dados e análise preditiva na redução da criminalidade em áreas específicas de Goiás, investigando como a aplicação de técnicas de análise de dados pode ajudar a identificar padrões criminais, direcionar recursos policiais de forma mais eficiente e prevenir crimes antes que ocorram.

REFERÊNCIAS

BEATO, C.; SILVA, B. F. A. da.; TAVARES, R. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. **Dados**, v. 51, n. 3, p. 687–717, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRITO, N. G de; COSTA, V. R da. Estratégias de Polícia Comunitária para uma Polícia Militar cidadã. **Biblioteca Digital de Segurança Pública**, 2018. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo/bitstream/123456789/1190/1/Nilson%20Gomes%20De%20Brito.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CARVALHO, H. J. B de. A inteligência policial militar estratégica no combate ao novo cangaço. 21f. MBA de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública - Universidade Estadual de Goiás, Goiânia-GO, 2018.

COLZANI, Leonardo Daniel. Sobreviva, guardião: Técnicas para a autopreservação da vida. All Print Editora. São Paulo/SP. 2016.

DIAS, R. A. A utilização pela Polícia Militar do Paraná de grupos de como ferramenta no combate à criminalidade. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v.5, n.2, 2024.

FERNANDES, S. H. S. Fundamentos de planejamento prospectivo aplicados à polícia militar - 3. ed. Belo Horizonte: D' Plácido, 2017.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – São Paulo: FBSP, 2023.

GOIÁS. Constituição, (1989] Constituição do Estado de Goiás / Ilustração: Júnior Rodrigues. - Goiânia: Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7ª ed. - São Paulo: Atlas, 2019.

MARCINEIRO, N; et al. Análise criminal como estratégia de polícia ostensiva. **Rev. Susp, Brasília**, v. 1, n. 2 jul./dez. 2022.

MINTZBERG, H. et al. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MOREIRA NETO, D. F. A segurança pública na constituição. Brasília: Senado Federal, 1991.

O ANHANGUERA. **Edição Comemorativa do Aniversário de 162 anos da PMGO**. Polícia Militar do Estado de Goiás, Ano VIII, 2020. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/revista.pmgo2020.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

PACHECO, Giovanni Cardoso. **Polícia comunitária e segurança pública: tópicos emergentes em segurança pública III: livro didático**. Palhoça: UnisulVirtual, 2013.

PMGO, Polícia Militar do Estado de Goiás. Plano Estratégico da Polícia Militar 2016-2022. Disponível em: https://www.pm.go.gov.br/?jet_download=1283. Acesso em: 05 jan. 2024.

PMGO, Polícia Militar do Estado de Goiás. Plano Estratégico da PMGO 2023-2028. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/plano-estrategico-2023-2028-com-portaria-otimizado-compressed.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

RIBEIRO, J. S. Policiamento comunitário: a aproximação da PM com a comunidade. 26 f. Artigo Científico (Graduação em Direito) - Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

ROCHA, Alexandre Pereira da. Análises criminal e de inteligência: definições teóricas e desafios práticos para as polícias do Brasil [2020]. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/congresso-internacional-de-ciencias-criminais/assets/edicoes/2020/arquivos/78.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

ROLDÃO, Vinicius Melo. Patrulha rural georeferenciada com fundamento na filosofia de polícia comunitária. REBESP v. 11, n.2. 2018. Disponível em <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/290>. Acessado em: 02 mar. 2024.

ROLIM, M. F.; HERMANN, D. Confiança nas polícias: percepção dos residentes e desafios para a gestão. **Sociologias**, v. 20, n. 48, p. 188-211, maio 2018.

SANTOS, M. O. G dos. **Texto de apoio sobre planejamento estratégico aplicado às organizações sem fins lucrativos**. Évora, 2011.

SANTOS, P. A dos. COSTA, L. D. Polícia Comunitária: a integração entre polícia e cidadão como tentativa eficaz na diminuição da criminalidade. **Biblioteca Digital de Segurança Pública**, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/899/1/SANTOS%2c%20Pedro%20Alves%20dos.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SILVA, F. K. A.; PERES, D. E. R. O planejamento estratégico e a aplicação do princípio da eficiência na Polícia Militar de Goiás: Reflexão sobre os resultados da AISP 29. **Biblioteca Digital de Segurança Pública**, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/1844/1/978949173>. Acesso em: 05 jan. 2024.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O sr. (a) foi convidado a participar da pesquisa com o tema “A EFETIVIDADE DAS ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E OSTENSIVO NA REDUÇÃO DO MEDO DO CRIME. Por favor, leia estas informações com atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que sr. (a) não entenda, fale com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe de pesquisa para esclarecimentos. O objetivo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar o consentimento do sr. (a) para participar do estudo. O objetivo desta pesquisa é demonstrar as ações da Polícia Militar do Estado de Goiás no constante combate aos crimes, produzindo condições para que a população goiana tenha maior sensação de segurança e qualidade de vida. A participação do sr. (a) na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Se sr. (a) decidir não participar, ou mesmo renunciar à participação e retirar seu consentimento durante o estudo, os cuidados que você recebe ou poderá receber na unidade não serão comprometidos. Solicitamos também a autorização do sr. (a) para apresentar os resultados deste estudo em eventos de saúde e publicá-lo em revistas científicas nacionais e/ou internacionais. O nome sr. (a) será mantido estritamente confidencial quando os resultados forem publicados e durante todas as etapas do estudo. Em caso de dúvidas, entrar em contato com o pesquisador responsável Erik Glenn Simeão da Silva, pelo telefone (61) 99136-0205.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

1 Sexo

Masculino

Feminino

2 Há quanto tempo trabalha na Polícia Militar de Goiás?

0 a 5 anos

6 a 10 anos

11 a 20 anos

Acima de 20 anos

3 Como você avalia a eficácia das estratégias adotadas pela PMGO no combate à criminalidade para reduzir o medo e aumentar a segurança da população?

Excelente

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

4 Na percepção do senhor, em que medida as mudanças na prática criminosa ao longo do tempo impactaram a eficácia das ações da PMGO?

Nenhum impacto

Impacto mínimo

Impacto moderado

Impacto significativo

Impacto muito significativo

5 Como o senhor avalia a capacidade da PMGO em se adaptar e responder às mudanças nas formas de prática criminosa ao longo do tempo?

Muito ineficaz

Ineficaz

Parcialmente eficaz

Eficaz

Muito eficaz

6 Na opinião do sr. (a), como os policiais militares lotados no CAPM percebem a importância do policiamento ostensivo na construção de uma relação de confiança e segurança com a comunidade?

Excelente

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

7 Como sr. (a) avalia a eficácia da cooperação entre a PMGO e a comunidade local na prevenção de crimes e promoção da segurança?

Muito ineficaz

Ineficaz

Parcialmente eficaz

Eficaz

Muito eficaz

8 Na visão do sr. (a), qual é o impacto das atividades da PMGO na qualidade de vida da população goiana?

nenhum impacto

impacto mínimo

impacto moderado

impacto significativo

impacto muito significativo

10 Na visão do sr. (a), quão satisfeita acredita que a comunidade está com os programas de policiamento comunitário em vigor?

Muito insatisfeita

Parcialmente insatisfeita

Nem insatisfeita e nem satisfeita

Satisfeita

Muito satisfeita

11 Na observação do sr. (a), quão confiante acredita que a presença policial durante operações de patrulhamento gera na comunidade em relação à sua segurança?

Nenhuma confiança

Pouca confiança

Neutro

Confiante

Muita confiança

12 O sr. (a) acredita que com o aumento do efetivo há uma melhora em relação a sensação de segurança da comunidade?

Muito frequente

Frequente

Ocasionalmente

Raramente

Nunca

13 Na percepção do sr. (a), quais são os principais desafios enfrentados pela PMGO no combate à criminalidade e na promoção da segurança pública?

Falta de efetivo

Falta de equipamento

Falta de viaturas

Outros

14 Como o sr. (a) percebe que as abordagens da Polícia Militar em situações de conflito, como manifestações ou eventos comunitários, reforçam a sensação de segurança?

Excelente

Bom

Regular

Ruim